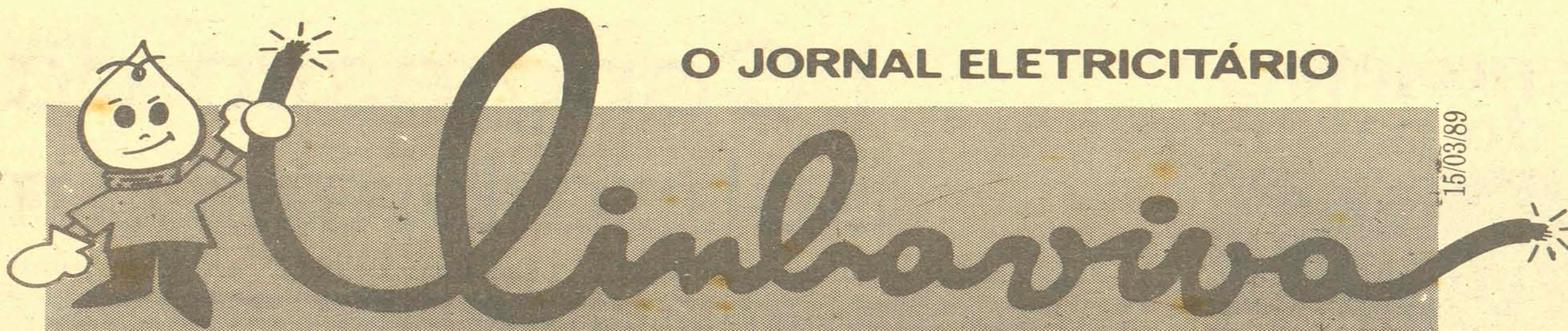




O JORNAL ELETRICITÁRIO

Intersindical Eletricitários SC

JORN. RESP. DR7/RS 6166

Nº 89

15/03/89

Congresso define campanha para defender as estatais

O 1º Congresso dos Eletricitários do Sul do Brasil resolveu encaminhar a defesa das estatais e do setor elétrico. Mais de 250 delegados tomaram decisões importantes para a categoria. Veja nas páginas centrais



Sindicatos apresentam pontos para negociação com a CELESC

Proposta da Intersindical

- 1º — FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS CCQ's — 10%, não compensável, pagos em rubrica separada, retroativo a 1º de fevereiro de 1990.
- 2º — ANTECIPAÇÃO SALARIAL — 36,5%, compensável na data-base, retroativos a 1º de fevereiro de 1990.
- 3º — PAGAMENTO QUINZENAL DOS SALÁRIOS PELO IPC DO MÊS, da seguinte forma:
 - a) Dia 15 — 1ª Parcela, com correção estimada;
 - b) — Conforme Calendário Atual — 2ª Parcela, com correção plena do IPC.
- 4º — NÃO DESCONTO DO IMPOSTO SINDICAL — 60% da parte dos Sindicatos.
- 5º — BENEFÍCIO ALIMENTAÇÃO — Manter o sistema atual.
- 6º — NÃO COMPENSAÇÃO DOS 13,07%, relativos ao Dissídio 87/88.
- 7º — SEGURO — Manutenção das bases já firmadas nas negociações.
- 8º — MENSALIDADE DOS SINDICATOS — Recolhimento das Mensalidades junto com os salários.
- 9º — LICENÇA PRÊMIO — Manutenção das bases já firmadas nas negociações.
- 10º — Custas e Honorários Advocáticos da Produtividade/84.

A proposta acima contempla a desistência, pelas partes, dos processos relativos à Produtividade 84 e 88, nas bases firmadas nas negociações anteriores.

A Intersindical solicitou à CELESC a abertura de negociações sobre uma reposição salarial. Como a Empresa não tratou de marcar qualquer reunião com os sindicatos, a própria Intersindical acabou indo a Empresa, e esboçou-se uma abertura de negociações.

A CELESC pediu à Intersindical uma proposta, antecipando que ela deveria contemplar a desistência, por parte dos empregados, das ações referentes às produtividades de 84 e 88. Isso porque as assembleias realizadas em todo o estado rejeitaram a proposta feita pela Empresa de conceder 7% de aumento e a manutenção do calendário de pagamento da produtividade de 84 em troca da desistência de todas as ações relativas às produtividades que tramitam na Justiça.

PROPOSTA

A Intersindical imediatamente propôs o pagamento por parte da Empresa de 10% de Fundo de Participação dos CCQs, retroativo a 1º de fevereiro; antecipação salarial de 36,5%, compensável na data-base, retroativo a 1º de fevereiro; e pagamento quinzenal pelo IPC do mês, entre outras propostas (veja no quadro).

A CELESC, através do Diretor Administrativo, Roberto Bush, ficou de analisar a proposta e convocar os sindicatos para uma nova negociação, quando a Empresa deverá ter uma contraproposta. A próxima reunião não foi marcada.

É fundamental que a categoria fique atenta ao desenrolar destas discussões, e que esteja preparada para entrar em cena para garantir formas de defender os salários da desvalorização que ele sofre a cada dia.

ELETROSUL:

Sindicatos não avalizam nova tabela de salários

Desde o final do ano passado a ELETROSUL fala em aplicar uma nova tabela salarial. Um pouco antes das discussões sobre o Acordo Coletivo no ano passado a Intersindical conseguiu impedir a aplicação de uma tabela que, além de não mostrar os critérios com que foi elaborada, criava distorções e discrepâncias salariais inexplicáveis. Na época um contato com o Ministério do Trabalho assegurou que a tabela só seria autorizada com o aval dos sindicatos.

Na semana passada a ELETROSUL convocou os sindicatos para apresentar os novos estudos e a nova tabela que a empresa estava propondo para fazer a equiparação com o mercado. A Empresa buscava o "sinal verde" das entidades para conseguir a assinatura da ministra.

Ocorre que, mais uma vez, a Empresa apresentou um trabalho incompleto, cheio reticências. Para dar um exemplo, não estabelece critérios para o acesso de chefias à nova tabela, deixa muitas dúvidas quando ao enquadramento de quem não tem curso superior, entre outras defecções.

Outro problema é que a relação entre o maior e o menor salário da Empresa, que hoje é de 1/8, passaria para 1/13,8.

IMPEDIMENTO

Diante disso, a Intersindical avaliou que não há condições de avalizar uma nova tabela com tantas lacunas, principalmente se for considerado que ela não foi discutida com a categoria. Mas não foi a Intersindical que impediu a aplicação da tabela. Informações do Ministério do Trabalho dão conta de que a ministra Dorothea não assinaria o documento nos últimos dias de seu mandato para não caracterizar um "trem da alegria".

Em função de tudo isso, a discussão sobre a nova tabela vai continuar. O importante é garantir a participação da categoria neste processo e, mais do que isso, que a categoria assuma a responsabilidade de evitar distorções e garantir a democracia no processo.



Vamos defender nossas estatais

Manifesto do Comando Nacional da Campanha Unificada do Setor Elétrico

O Governo Collor ameaça entregar o patrimônio público, representado por empresas estatais estratégicas para o desenvolvimento do país, ao capital privado. Nesse momento, é hora dos trabalhadores se organizarem para defendermos os interesses do povo brasileiro.

Não podemos permitir que o setor elétrico fique nas mãos de alguns grupos que só visam lucro sem priorizar nosso crescimento sócio-econômico. Também não vamos aceitar o discurso desse novo governo que tenta convencer a população de que os trabalhadores das estatais são incompetentes ou marajás.

Para defendermos o patrimônio público é fundamental que o COMANDO NACIONAL DA CAMPANHA SALARIAL UNIFICADA DO SETOR ELÉTRICO se torne permanente e atue ao lado dos trabalhadores de outras estatais estratégicas e da própria sociedade civil organizada. Já temos um cronograma de atividades aprovado que vai desde a organização da nossa categoria até a unificação da nossa luta com a de outros segmentos sociais.

Nos últimos 25 anos, a sociedade brasileira investiu muito dinheiro no setor elétrico, inclusive comprando a Light porque na época o capital privado não estava interessado em investir em grandes hidroelétricas e em extensas linhas de transmissão. Não queria investir mas queria comprar energia barata. E o Estado vendia a energia abaixo do custo, transformando o sistema elétrico brasileiro na galinha dos ovos de ouro para o capital nacional e internacional.

Agora, na fase final dos grandes investimentos, com toda a estrutura básica do nosso sistema elétrico implantada, surge novamente o setor privado, com ares de salvador da pátria, querendo investir na geração de médio porte e garantindo assim o controle sobre o filemignon do sistema.

É verdade que as empresas do setor elétrico estão endividadas. Mas a culpa é de uma política errada que vendia energia abaixo do custo e subsidiava o capital privado. Manter o controle estatal sobre o setor elétrico é, portanto, fundamental para o bem estar da população e para a modernização do país: serviços públicos e áreas estratégicas para o desenvolvimento não podem ficar nas mãos de quem só visa lucro.

SINERGIA EM NOVA SEDE

O Sindicato dos Eletricitários de Florianópolis já está em nova sede desde fevereiro. O endereço é Lacerda Coutinho, nº 21, no centro. O fone continua sendo 22-3866.

Grupo vai elaborar projeto para setor elétrico do país

Sem dúvida, uma das mais importantes resoluções do Congresso foi a constituição de um Grupo de Estudos para criar um Projeto Alternativo para o Desenvolvimento do Setor Elétrico. Esta equipe que será montada e coordenada pela INTERSUL deverá ser compostas por pessoas da categoria (técnicos) e assessores técnicos.

O Grupo deverá discutir e envolver a categoria em discussões sobre o Setor Elétrico, se valendo para isso de



Na plenária final, as votações

simpósios, seminários, congressos etc... Além disso, é importante que outros setores da sociedade participem da ela-

boração deste projeto, para que ele seja o mais representativa possível das necessidades da maioria da população.

Manifesto dos Eletricitários do Sul do Brasil

Há vários anos as empresas estatais brasileiras vêm sendo utilizadas como instrumento de concentração de capital e garantia de lucros para o setor privado.

O Estado em nosso país, dominado por um modelo de desenvolvimento que centraliza a riqueza nas mãos de poucos, financiou e enriqueceu a "iniciativa privada", via subsídios, em detrimento das condições de vida da população. Tal financiamento se deu em tal nível, que a própria dívida externa, hoje está quase totalmente estatizada. Desta forma, quando o modelo de desenvolvimento econômico entra em profunda crise, não é de se estranhar que as empresas estatais sejam brutalmente atingidas pela situação.

Hoje, o mesmo setor privado que se beneficiou com a referida política para as empresas estatais, ergue a bandeira da privatização, utilizando argumentos falsos como a ineficiência, o déficit, etc.

A função social das estatais, a prestação de serviços básicos para a população, tem sido esquecida pelos defensores da privatização. Exemplos com o do PROALCOOL mostram o que acontece quando empresários assumem o controle de monopólios sobre serviços públicos: quando produzir açúcar foi mais lucrativo do que álcool, eles não tiveram dúvidas e jogaram o país em uma crise de abastecimento que exige novas importações.

O Setor Elétrico, não ficou imune às situações de outras empresas estatais, mas nem por isso deixou de prestar serviços com a qualidade equivalente a dos países desenvolvidos. Este setor estratégico na formulação das políticas de desenvolvimento nacional também é alvo do discurso privatizante. A privatização da produção e distribuição de energia significa negação do conteúdo social de tais

serviços, pois o setor elétrico nas mãos dos empresários significa colocar o desenvolvimento do país e a qualidade de vida sob o controle daqueles que visam apenas lucros sem qualquer preocupação social. A campanha privatizante veiculada pelos monopólios de comunicação ao invés de propor "soluções", mascara a falência de um projeto de sociedade baseado na concentração de capital por parte de poucos. Desta forma, qualquer projeto alternativo para o setor estatal, vincula-se necessariamente a um projeto político que tenha como pressuposto a participação dos trabalhadores e da maioria da população na definição de prioridades sociais e objetivos estratégicos e na democratização da gestão das estatais.

Este projeto alternativo compreende também a moralização das estatais e passa pelo expurgo daqueles que ao longo das últimas décadas se perpetuaram em seu comando, atuando como braço de interesses contrários aos verdadeiros objetivos sociais destas empresas.

Diante disso, os trabalhadores nas empresas de geração e distribuição de energia elétrica, reunidos no 1º CONGRESSO DOS ELETRICITÁRIOS DO SUL DO BRASIL, denunciam as manobras que visam colocar as estatais e serviços essenciais estratégicos nas mãos de empresários gananciosos. Ao mesmo tempo, conclamam todo o movimento popular e sindical, através de suas entidades, a desenvolverem um amplo movimento de defesa das estatais, que propicie o debate com toda classe trabalhadora sobre alternativas não apenas para as Estatais, mas para toda a sociedade brasileira.

Florianópolis, 8 e 9 de março de 1990.

I Congresso dos Eletricitários do Sul do Brasil: marco da categoria

Sucesso. Não há outra palavra para definir o que foi o 1º Congresso dos Eletricitários do sul do Brasil. Durante dois dias mais de 250 delegados de base — além de observadores — da ELETROSUL, CELESC, CEEE, COPEL ENERSUL e de algumas cooperativas de eletrificação debateram com profundidade a situação das empresas estatais em uma conjuntura marcada por profunda crise.

Nem o calor de quase 40° — causado por uma pane na refrigeração — impediu que o auditório da reitoria da UFSC permanecesse lotado uma tarde inteira por uma platéia que não só ouviu o painel "as estatais e a conjuntura, como também participou ativamente dos debates. Os pontos negativos ficaram por conta de Antônio Rogério Magri e Jair Meneguelli, que não compareceram ao painel.

Com a presença de Sérgio Cutolo, economista que representou a Ministra do Trabalho, Clóvis Scherer, do DIEESE, Samuel Lima, presidente do Sind. dos Bancários de Florianópolis, e dos deputados Antônio Barbedo (RS) e José Bell (SC), o painel de abertura do congresso propiciou uma discussão muito rica, que encaminhou para uma conclusão que se

chegaria na plenária do dia seguinte: é urgente defender as estatais e o setor elétrico.

O segundo dia de Congresso aconteceu no auditório do Centro Integrado de Cultura, para fugir do calor do local anteriormente previsto. Mas o ar refrigerado não prejudicou o calor das discussões que foram introduzidas pelo economista José Claudio Linhares Pires do DIEESE, e pelo vereador Vitor Schmidt (Fpolis). Neste painel a conjuntura política e econômica mereceu um enfoque mais detalhado, ficando constatada a necessidade do Movimento Sindical e Popular apresentar à sociedade alternativas globais de desenvolvimento, visando colocar os trabalhadores no centro da cena política.

A tarde da sexta-feira foi ocupada pela discussão sobre a organização dos eletricitários, com veementes intervenções contra o corporativismo e uma constante busca de formas que agilizem as atividades da categoria no sentido de suas lutas. A formação da INTERSUL e do Grupo de Estudos que vai trabalhar na busca de um projeto alternativo de desenvolvimento para o Setor Elétrico foram as princi-

INTERSUL vai unificar os 4 estados

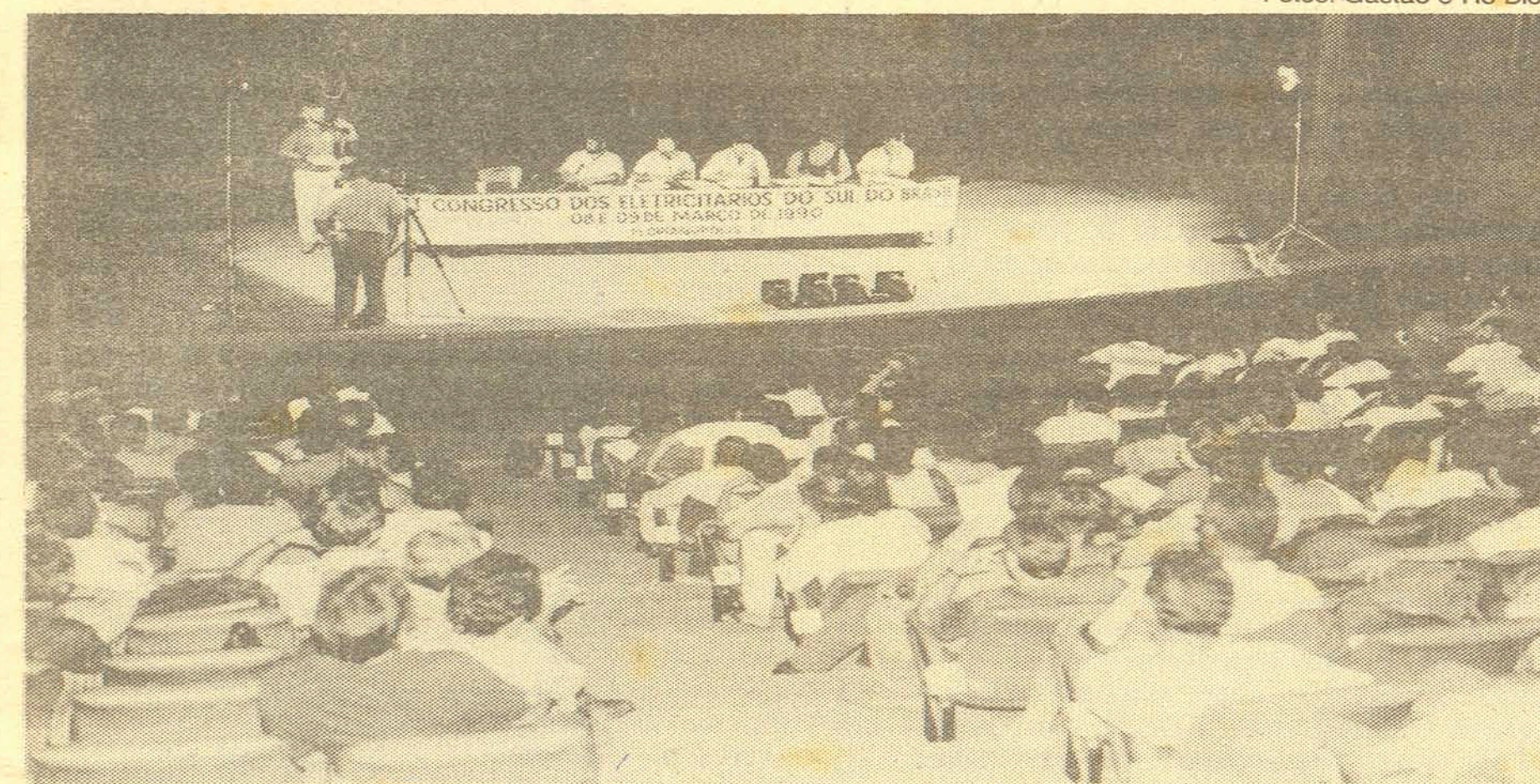
Uma das resoluções mais importantes do Congresso diz respeito a organização da categoria. Foi criada a Intersindical dos Eletricitários do Sul do Brasil — INTERSUL, que vai discutir e encaminhar lutas dos trabalhadores de todas as empresas de geração e distribuição de energia elétrica dos quatro estados do sul.

A INTERSUL será composta pelos sindicatos e associações que atualmente compõem a Intersindical Base Eletrosul, mas ganhando amplitude com relação aos assuntos que vai tratar. A adesão de outras entidades à INTERSUL será definida caso a caso, observando especialmente os critérios de representatividade e participação nas lutas.

Por outro lado, a importância da INTERSUL está no fato dela negar na prática a estrutura sindical corporativa, rompendo isolamentos e desenvolvendo uma concepção mais avançada de sindicalismo.



No encerramento do Congresso, as entidades presentes



No auditório do CIC, o segundo dia de debates

pais resoluções.

No final do Congresso foi aprovado o Manifesto dos Eletricitários do Sul do Brasil (veja íntegra neste jornal).

A avaliação do Congresso é unânime: foi um avanço para a categoria, um marco na história dos trabalhadores do Setor Elétrico de todo o país.

"A meta agora é elaborar uma estratégia de desenvolvimento"

Durante o período de "transição", o movimento sindical e popular não conseguiu desenvolver um modelo próprio para vencer a crise. Durante a campanha por eleições diretas em 85 e também na Constituinte, as conquistas foram mínimas. Depois vieram as eleições presidenciais e constituiu-se uma forte polarização, tendo vencido o candidato que possuía claros compromissos com o ideário neo-liberal. Foi esse enfoque político relativo às estatais que veio dar ao vereador Vitor Schmidt, no Congresso dos Eletricitários.



Vitor Schmidt

ESGOTADO

Samuel Pantoja Lima, presidente do Sindicato dos Bancários e da CUT regional, também participou do Congresso. No dia 8, no calor do auditório da reitoria, ele teve importantes comentários. "O Estado Brasileiro está esgotado, mas até hoje ele foi muito eficiente em diversas áreas". Essa carência foi produzida ao longo de anos, resultado de uma política de sucateamento. Samuel explicou que essa política foi implantada através do reajuste

abaixo da inflação das tarifas públicas e do aval que as estatais deram para a dívida externa, quando 120 mil contratos foram transferidos do setor privado para o público.

Para concluir, o presidente do Sindicato dos Bancários questionou o papel do Estado. Para ele, se nessa resposta se apresentasse um modelo de Estado que servisse para a totalidade da população, então seria possível definir a importância das empresas.

"O movimento sindical não pode mais correr atrás do prejuízo"

Um atraso de quase dez horas no voo Rio de Janeiro - Florianópolis fez com que o representante do DIEESE Nacional, José Claudio Linhares Pires, participasse somente do segundo dia do Congresso dos Eletricitários do Sul do Brasil. No dia 9, o evento já transcorrendo refrescantemente no Teatro do CIC, o economista pode traçar um minucioso histórico do funcionamento das empresas estatais e ainda fazer uma clara análise da conjuntura. Na atual situação, José Claudio acredita que "o movimento sindical não pode mais correr atrás". "Ele precisa elaborar e defender diante de toda sociedade uma forma alternativa de desenvolvimento econômico".

O representante do DIEESE explicou como as estatais foram utilizadas ao longo dos anos pelos governantes.

Inicialmente em 82, quando cessou a remessa do dinheiro do exterior e o Estado, seguindo ordens do FMI, precisou manter o superávit da balança comercial, foram as estatais que assumiram os custos e fizeram o mundo acreditar que o Brasil era uma "ilha de tranquilidade".

Depois foi preciso bancar a desvalorização cambial: nessa época as estatais financiaram o setor exportador e tomaram para si a dívida das empresas privadas.

COMERCIO DE PAPEIS

Hoje os financiamentos não se dão mais de forma direta, como aconteceu até 1980. Segundo José Claudio, 80% de crédito atualmente é transferido através da compra de títulos privados. Ou seja: as empresas vendem ações no mercado e quem compra essas ações fica com parte dos lucros.

A pouco tempo o presidente eleito, em suas adanças pelo exterior, andou oferecendo o mercado brasileiro em opções como esta. Atitudes assim fazem parte do discurso neoliberal assumido por Collor de Mello para unificar a classe dominante, com a população não é preciso gastar argumentos, a própria situação da economia facilita a aceitação de qualquer projeto que proponha melhorar a situação. O economista encerrou seu tempo colocando que a bonança vai durar pouco e que a longo prazo é preciso elaborar um novo modelo econômico.

"As tarifas públicas serviram como um instrumento político"

No dia 8 de março acontecia em Brasília a última reunião dos ministros do governo Sarney. Por isso, a ministra do Trabalho, Dorothea Werneck Sodré, se fez representar no 1º Congresso dos Urbanitários do Sul do Brasil pelo secretário geral do CISE - Conselho Interministerial de Salários das Estatais, Sérgio Cutolo. Esse clima de fim de festa deixou o representante muito à vontade para falar no painel: As Estatais e a Conjuntura. Para ele, "a sociedade tem que ter o controle das estatais através das instituições públicas".

Para Cutolo, a privatização das empresas estatais é uma questão com várias facetas. De um lado estão as tarifas públicas, "que têm sido usadas como instrumento político". Rebaixadas, desde 83, elas potencializaram o endividamento das estatais e comprometeram a capacidade de investimentos. Assim, o Estado esgotou seus recursos e agora não possui mais condições de sanear essas empresas.

CORPORATIVISMO
Na opinião do economista, a defesa do patrimônio público, assumida pelos eletricitários do Sul do Brasil, não passava de uma atitude corporativista que se contrapunha aos interesses da sociedade. Pois, segundo Cutolo, de 84 a 88 o custo da mão-de-obra do setor elétrico estatal dobrou, por conta das conquistas trabalhistas. Esse custo provocaria um impor-



Sérgio Cutolo

tante aumento das tarifas pagas pela população. Não faltou quem se opusesse à ideia de as reivindicações conquistadas pelas categorias organizadas fossem as responsáveis pela crise nas empresas estatais. O representante do DIEESE Nacional, José Claudio Linhares Pires, também se contrapôs, colocando que os gastos com salários e encargos sociais em 87 foi de apenas 11,3%, enquanto os custos com a amortização da dívida externa e com o capital somaram 53,6%.

O secretário geral do CISE ainda colocou que tudo já está preparado para a extinção do órgão no próximo governo, quando serão criadas novas formas de controle das estatais.

Congresso homenageou o "Cavaleiro da Esperança"

A abertura do 1º Congresso dos Eletricitários do Sul do Brasil foi marcada por uma homenagem póstuma ao líder comunista Luiz Carlos Prestes. Ao fazerem um minuto de silêncio, os participantes do encontro sublinharam o reconhecimento a um dos personagens mais importantes da história recente do Brasil, especialmente por tratar-se de uma figura que teve na dignidade e na firmeza de seus princípios as características mais marcantes de sua vida.

A perseverança que identificou o "Cavaleiro da Esperança" nos seus 92 anos de vida foi, de certa forma, a sua algar: a ativa participação de Prestes na campanha presidencial (apoiando Brizola e, depois, Lula) debilitou ainda mais a sua saúde.

Prestes soube enfrentar com radicalidade os desafios de todas as ordens. Alternando a vida pública com a clandestinidade imposta pelas ditaduras e ainda com longos exílios, ele sempre participou ativamente dos debates políticos e mesmo teóricos, não negando, mesmo em avançada idade, autocríticas políticas que colocariam em cheque grande parte de seus feitos.

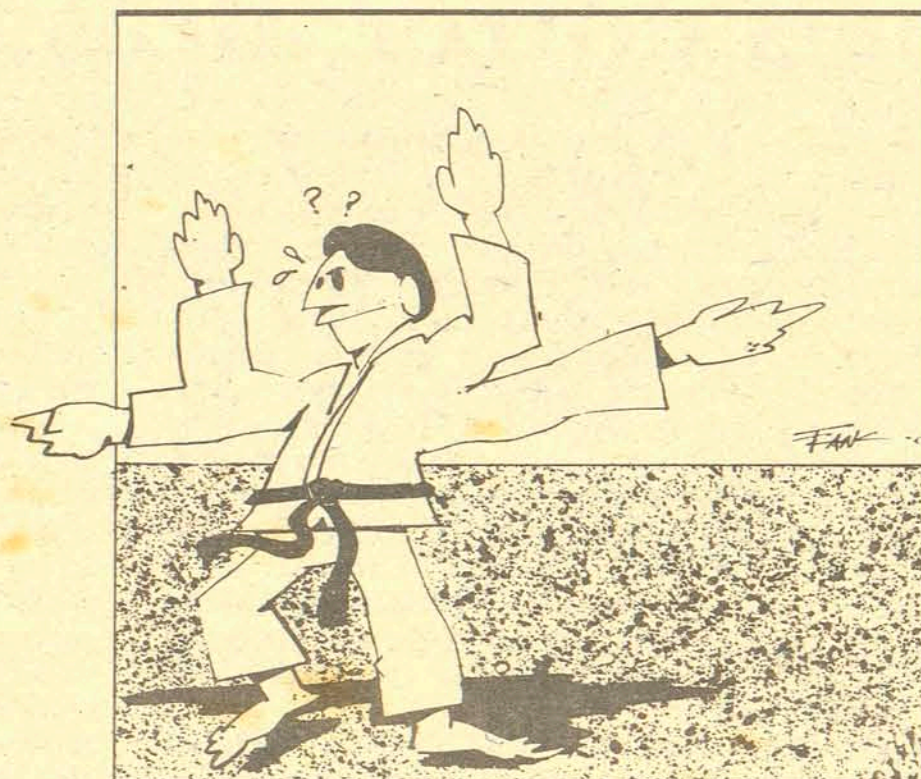
Com a morte de Prestes o movimento operário e popular perde um de seus baluartes morais. Um destes homens que acreditando na humanidade e suas potencialidades, jamais se deu o direito de não ter esperança num futuro que só os homens com sua consciência podem construir.

O que se pode esperar de Collor?

O que esperar do novo Governo? Certamente esta é uma das perguntas que, se tem uma resposta, certamente não é uma resposta simples. Collor chega em uma terra arrasada, onde o desânimo e a falta de perspectivas e esperanças são os sentimentos mais comuns entre os brasileiros. Mesmo as pessoas predispostas a aplaudir a "era collorista", não escondem uma ponta de aflição ao verificar os dados colocados pela realidade.

O presidente, do período que antecedeu a sua posse, tratou de confundir a opinião pública alternando declarações sobre medidas políticas com proezas esportivas, nomeações de inegável impulso propagandístico (como a de Zico) e promessas ufanistas. Após tantas jogadas de marketing poucos sabem o que esperar.

Há quem aposte na possibilidade de um naufrágio a curto prazo do governo, argumentando que os interesses de grandes grupos econômicos que bancaram a candidatura de Collor inviabilizariam qualquer alteração no quadro político e econômico, capaz de sustentar qualquer "melhora". Há também os que acreditam na capacidade de articulação do novo Governo, que utilizaria o respaldo das urnas para lançar mão de medidas de im-



pacto que, pelo menos por um tempo, beneficiariam uma grande camada popular.

SINTOMAS

Mas na verdade os dados que se tem para analisar friamente e saber o que se pode esperar ainda são poucos. Concretamente há promessas de medidas de impacto que "colocariam sob controle a economia e a inflação desenfreada", uma ameaça concreta de privatizações de estatais e "enxu-

gamento" do serviço público, além de uma declaração de guerra velada ao sindicalismo combativo, através da nomeação do ministro do Trabalho.

O que se pode afirmar é que vai haver um jogo duro contra as empresas estatais, misturando a receita neo-liberal das privatizações com prováveis discursos demagógicos contra os "marajás das estatais", para angariar apoio popular para privatizações.

Se por um lado não se pode descartar medidas que venham a dar um fôlego para a agonizante economia interna, não se pode alimentar ilusões quanto a possíveis "soluções". Collor representa uma visão de sociedade e um projeto político, e estes constroem qualquer possibilidade de atacar as principais feridas do país (como a dívida externa, a questão fundiária, etc...). Collor vai governar orientado pelo ideário liberal e a favor das forças políticas e econômicas que lhe sustentam. Mas para isso ele vai precisar de um certo apoio popular que com muito marketing, muita mídia e algumas medidas ele pode conquistar. Mas que ninguém se engane: nem tudo que é bom hoje será amanhã, ou será que alguém esquece do Plano Cruzado?

Eleita nova diretoria e representantes do Sinergia

Os números ainda não estavam à disposição, mas quando fechamos a edição já era possível afirmar que o Sinergia tem uma nova diretoria eleita. O "quorum" de dois terços dos votantes já havia sido alcançado, assegurando a eleição da chapa única que concorreu. A eleição ocorreu nos dias 12, 13 e 14, nos mesmos dias em que ocorreu a votação para representantes sindicais na Eletrosul.

Os representantes sindicais na Eletrosul serão Luiz Carlos de Souza (DPI), Antônio Dario Neves (DGH), João José Cascaes Dias (DTA) e Aloísio Celsus Egevarth (DES). Os nomes dos suplentes ainda não estavam definidos quando fechamos a edição.

A obtenção de "quorum", mesmo sem haver disputa entre chapas é uma demonstração da representatividade do sindicato, assim como da consciência da categoria — que não abriu mão de sua responsabilidade de definir os rumos da entidade.

A nova diretoria deverá assumir no dia 15 de abril, quando entrará em vigor o novo estatuto, que foi aprovado em Assembléias no ano passado. Com a nova direção e um novo estatuto, o Sinergia, pode-se dizer, vai entrar em uma nova fase, dando continuidade ao trabalho que foi desenvolvido e avançando em muitos pontos como a questão cultural, que não vem sendo tratada com a importância que merece.

De acordo com o texto que serviu de guia para as discussões que culminaram com a formação da chapa, a entidade deve atuar além dos limites reivindicatórios e econômicos, questionando os valores do "status quo" vigente, promovendo para isso debates sobre questões culturais, de comportamento, etc.

NOMINATA

A nominata da nova diretoria é a se-

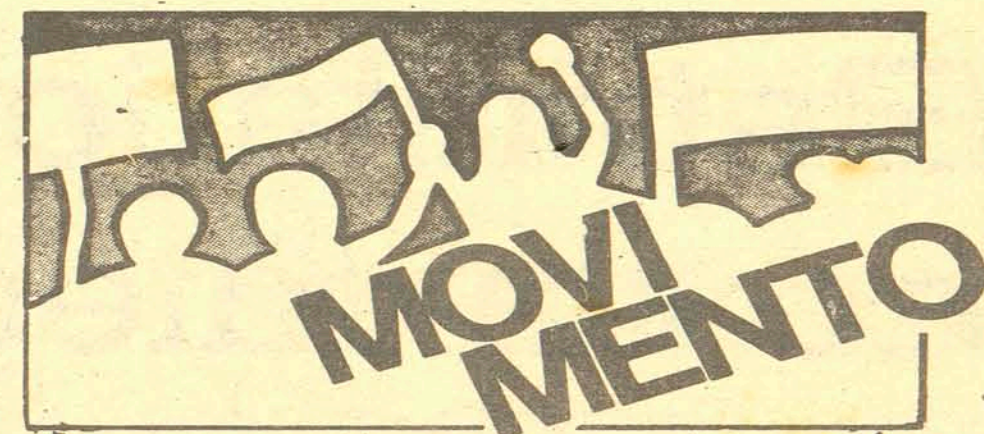


guinte: Mauro Passos (Presidente), Arno Cugnier (Sec. Geral), João Paulo de Souza (Finanças), Delman Ferreira (Estudos Econômicos), Orivaldo Fernandes (Jurídico), Glauco Marques (Imprensa), Dinvaldo Gilioli (Cultura), Margarida Dantas (Formação Sindical), Sovenir Marcio Dias (Saúde e Trabalho). Os suplentes serão: Fábio Dal Boh, Claudio Antônio Ehrensperguer, Juventino Vieira, Soraya Nor Guttler, Rosimeri Siqueira, Sandra Maria Ouriques, João Santana Filho, Oquigibson Jesuino da Costa, Luiz Antônio Maciel Dantas. O Conselho Fiscal será composto por: Clênio Braganholo, Hélio Bonfim Coimbra, Peri Ouriques, Levi Flores da Silva, Edio Valentim da Silva, Rogério Antunes Sadi, Rogério Faustino, Arnaldo Gomes Filho, Noe Rodrigues de Almeida e Aldo Brito Filho.

Justiça bloqueia conta da CELESC

A CELESC perdeu mais um "round" na Justiça do Trabalho no que se refere a demissões e reintegrações. Desta vez o Juiz Euclides Coelho da Junta de Conciliação e Julgamento de Itajaí determinou o bloqueio da conta da Empresa no BESC. O Magistrado entendeu que a CELESC agiu de má fé ao colocar em penhora dois terrenos de valor inferior ao devido em uma reclamatória trabalhista. A ação é de cinco demitidos que reivindicam, além da reintegração, as devidas indenizações. O valor da ação se aproxima de 8 milhões de cruzados novos. Os empregados em questão foram reintegrados e imediatamente demitidos novamente.

Só quem luta conquista



Eleição

Os bancários de Florianópolis estão se preparando para eleger uma nova diretoria para o seu Sindicato. As eleições serão nos dias 17/18/19 e 20 de abril. No próximo sábado estará ocorrendo a convenção convocada pela atual diretoria para discutir um programa mínimo e os princípios gerais para a chapa de situação, além da definição dos nomes que deverão compô-la.

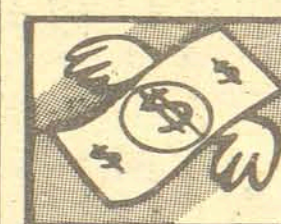
As inscrições de chapas poderão ser feitas até 21 de março. As eleições realizadas há três anos para a diretoria do Sindicato dos Bancários de Florianópolis foi marcada por uma grande polarização entre pelegos que estavam há anos na direção da entidade e o sindicalismo combativo que saiu vitorioso.

Mulher

Dia 8 de março foi o dia internacional da mulher. Nessa data completou 133 anos que centenas de mulheres morreram queimadas ou asfixiadas dentro de uma fábrica têxtil em Nova Iorque, quando realizavam uma greve que reivindicava melhores condições de trabalho. Esse ano uma comissão suprapartidária — formada pelo PT, PSDB, PDT, PCB, PC do B, PV e PSD, encabeçada pela única mulher que ocupa uma cadeira na Assembléia Legislativa, a deputada Luci Choinanski, elaborou uma programação especial para o dia com atividades e ato público na Praça XV.

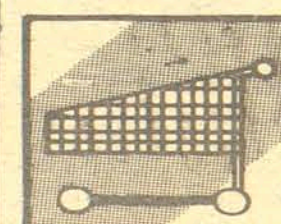
INDICADORES DO DIEESE

01/02 até 28/02



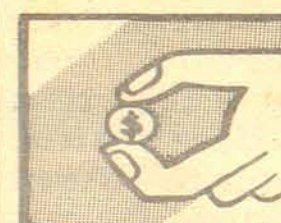
AUMENTO DO CUSTO DE VIDA POR FAIXA SALARIAL

1 a 3 Salários - 78,22
1 a 5 Salários - 75,74
1 a 30 Salários - 77,23



CESTA BÁSICA DE FLORIANÓPOLIS

- NCz\$ 1.439,76



SALÁRIO MÍNIMO NECESSÁRIO

- NCz\$ 13.423,37